MAmb - Of. N.:2535
Data:14-06-2018
28.04.01. CDS-PP

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
1886	16-05-2018		

ASSUNTO: Pergunta n.º 2156/XIII/3.ª, de 16 de maio de 2018
«Escavações junto à Praia da Rocha Baixinha»

Cara Marina Gonçalves,

Em resposta à Pergunta Parlamentar n.º 2156/XIII/3.ª, de 16 de maio de 2018, formulada pelas Senhoras Deputadas Teresa Caeiro e Patrícia Fonseca, e pelo Senhor Deputado Álvaro Castelo Branco, do Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1. Tem V.Ex.ª conhecimento das escavações mencionadas na notícia do diariOnline Região Sul? Qual a finalidade das escavações?

A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., (APA) teve conhecimento da situação a que se reporta a pergunta em apreço no dia 14 de maio de 2018, tendo constatado que estava a ser efetuado o nivelamento do terreno adjacente à arriba da Praia da Rocha Baixinha, visando a instalação de uma estrutura destinada a servir de apoio de praia.

2. A zona em causa é de Reserva Ecológica Nacional (REN)?

Os trabalhos acima referidos incidem sobre a Reserva Ecológica Nacional, mais precisamente, sobre a tipologia desta restrição de utilidade pública "Arribas ou Falésias, e/ou incluindo Faixas de Proteção do Litoral", de acordo com a delimitação operada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/96, de 5 de julho, alterada pelas Portarias n.ºs 85/2012, de 29 de março, e 6/2016, de 26 de janeiro.

3. A intervenção foi autorizada? Por quem?

A intervenção não foi autorizada por nenhuma das entidades públicas com jurisdição sobre a área, designadamente pelo Município de Albufeira, no âmbito das competências de controlo prévio sobre a edificação, pela APA, no âmbito das competências relativas ao regime de utilização do domínio hídrico, e pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve, no âmbito da gestão da Reserva Ecológica Nacional.

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

4. Se não, que medidas foram já tomadas no sentido de impedir a sua continuação e manter a proteção daquela zona?

A obra foi interrompida em 14 de maio passado, por ordem da Polícia Marítima, em colaboração com a APA, tendo sido levantado auto de notícia.

Também a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Algarve solicitou ao Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana que verificasse a situação no terreno, com elaboração do correspondente relatório, acompanhado das respetivas fotografias e da localização precisa do terreno, procedendo ao levantamento de auto(s) de notícia, se aplicável, e à necessária e adequada quantificação da infração.

Com os melhores cumprimentos, também pessoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

BI/SI